



45

f

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº 0001970-36.2013.8.17.0000 (0297058-5)
COMARCA: CAMARAGIBE
VARA: PRIMEIRA CRIMINAL
IMPETRANTE: CARLOS GERMANO DE SOUZA
PACIENTE: DOUGLAS PEREIRA DO NASCIMENTO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DOS FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA CUMULADA COM CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. NÃO CONHECIMENTO. PEDIDO REITERATIVO. MATÉRIA JULGADA NO HABEAS CORPUS Nº 287151-8. ORDEM NÃO CONHECIDA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Tratando-se de pedido reiterativo, por ter sido objeto do *Habeas Corpus* nº 287151-8, cuja ordem foi denegada por acórdão já transitado em julgado, não merecem conhecimento as alegações de inexistência dos fundamentos da prisão preventiva e de que o Paciente possui condições pessoais favoráveis à liberdade provisória.

II – *Habeas corpus* não conhecido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº 0001970-36.2013.8.17.0000 (0297058-5), em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **não conhecer do**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

46

f

habeas corpus, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 20 de março de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



47

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

HABEAS CORPUS Nº	0001970-36.2013.8.17.0000 (0297058-5)
COMARCA:	CAMARAGIBE
VARA:	PRIMEIRA CRIMINAL
IMPETRANTE:	CARLOS GERMANO DE SOUZA
PACIENTE:	DOUGLAS PEREIRA DO NASCIMENTO
ÓRGÃO JULGADOR:	TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR:	DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA

RELATÓRIO

Carlos Germano de Souza, advogado, impetra o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **Douglas Pereira do Nascimento**, indicando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe, no âmbito do Proc. nº 0002996-07.2012.8.17.0420.

Extraí-se da inicial que o Paciente responde à ação penal supramencionada como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos I e IV¹, c/c o art. 29, *caput*², ambos do Código Penal, e teve sua prisão preventiva decretada em 13/09/2012.

Aduz o Impetrante, em apertada síntese, que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal pelos seguintes motivos: a) não estão presentes os fundamentos da prisão preventiva; e b) ele possui condições

¹ Art 121. Matar alguém:

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

² Art. 29 - Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

48
x

peçoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, endereço certo e profissão definida.

A inicial veio instruída com os documentos de **fls. 14/18**.

O pedido de liminar foi indeferido às **fls. 25/26**.

A autoridade dita coatora prestou informações às **fls. 32/37**.

Alfim, a Procuradoria de Justiça, pelo **Procurador Adalberto Mendes Pinto Vieira**, apresentou parecer às **fls. 41/41-v**, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 20 de março de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

49

HABEAS CORPUS Nº 0001970-36.2013.8.17.0000 (0297058-5)
COMARCA: CAMARAGIBE
VARA: PRIMEIRA CRIMINAL
IMPETRANTE: CARLOS GERMANO DE SOUZA
PACIENTE: DOUGLAS PEREIRA DO NASCIMENTO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADOR: DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA

VOTO

Conforme relatado, alega o Impetrante que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal porque: a) não estão presentes os fundamentos da prisão preventiva; e b) o Paciente possui condições pessoais favoráveis.

Pois bem.

Após pesquisa realizada no *Judwin*, verifico que o presente *writ* não pode ser conhecido, porque as alegações nele deduzidas já foram devidamente apreciadas nos autos do *Habeas Corpus* nº 287151-8, cuja ordem foi denegada por esta Terceira Câmara Criminal, sob a relatoria do Des. Nivaldo Mulatinho Filho, em sessão de julgamento realizada no dia 05/12/2012, cujo acórdão, já transitado em julgado, ficou assim ementado:

"EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO BIQUALIFICADO. NEGATIVA DE AUTORIA. INCABÍVEL NA VIA ELEITA. DESFUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO. INOCORRÊNCIA. ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIENTES



50

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

PARA ISOLADAMENTE ELIDIR A MEDIDA EXTREMA.

I - Revela-se incabível na via eleita a apreciação da negativa de autoria, ante os seus estreitos limites, por comportar dilação probatória, matéria afeta ao processo de conhecimento (Súmula 080-TJPE). Por outro lado, evidenciados os indícios suficientes de autoria do paciente, mormente em face do depoimento inquisitorial da testemunha ocular, restou atendido dito pressuposto da custódia cautelar (art. 312, do CPP).

II - **A segregação preventiva resultou alicerçada na garantia da ordem pública, ante a periculosidade concreta, evidenciada pelo *modus operandi* do delito**, eis que o homicídio foi supostamente perpetrado em concurso de agentes, sendo atribuídos ao paciente os quatro disparos de arma de fogo deflagrados na cabeça da vítima. **A segregação provisória também se encontra respaldada na conveniência da instrução criminal, ante as ameaças dirigidas à testemunha presencial**, o que resultou na determinação judicial monocrática de inclusão da mesma em programa oficial de proteção.

III - **Existência de atributos pessoais favoráveis não elide isoladamente a medida extrema, os quais, no caso concreto presente, sequer foram comprovados.**

IV - Ordem denegada. Decisão unânime." (grifos nossos)

Versa o presente *habeas corpus*, portanto, sobre matéria já julgada noutra oportunidade, fato que impede nova apreciação por este Tribunal.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Nesse sentido, verifique-se o seguinte julgado, da lavra do STJ:

"*HABEAS CORPUS*. LATROCÍNIO. PRETENSÃO DE NULIDADE DO PROCESSO. CONVENCIMENTO CONDENATÓRIO. NECESSIDADE DO EXAME FÁTICO. ATIVIDADE DEFESA EM SEDE HERÓICA. INVIABILIDADE. REITERAÇÃO. HC 27601.

Não se conhece de *habeas corpus* reiterativo de pretensão julgada em outra oportunidade.
Ordem não conhecida."³ (grifos nossos)

Diante do exposto, **voto pelo não conhecimento do presente *habeas corpus*, em razão de sua natureza reiterativa.**

Recife, 20 de março de 2013.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator

³ HC 33108/SP, Rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 31/05/2004.